

CATÓLICA DE VITÓRIA CENTRO UNIVERSITÁRIO

ELAINE BOTAM BUTZKE

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A INCLUSÃO DE
CRIANÇAS NAS ESCOLAS**

VITÓRIA

2018

ELAINE BOTAM BUTZKE

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A INCLUSÃO DE
CRIANÇAS NAS ESCOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Católica de Vitória Centro Universitário, como requisito
obrigatório para obtenção do título de Licenciada em
Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Leonardo Miglinas Cunha

VITORIA
2018

ELAINE BOTAM BUTZKE

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A INCLUSÃO DE
CRIANÇAS NAS ESCOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Católica de Vitória Centro Universitário, como requisito obrigatório para obtenção do título de licenciada em Educação Física.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof. Me. Leonardo Miglinas Cunha, UCV – Orientador

Dedico esse trabalho ao meu esposo Clayton, e ao meu pai Norberto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada. É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso primeiramente agradeço à todos de coração.

Agradeço ao meu esposo Clayton que me indicou o caminho no início de tudo e me deu forças e condições para começar, e por não me deixar desistir, e agradeço ao meu pai Norberto por estar ao meu lado sempre me apoiando, e à minha mãe Maria Helena por interceder por mim em suas orações, aos meus amigos parceiros de trabalhos Juan e Muryllo pelo conhecimento compartilhado, e por estarmos sempre juntos, quero agradecer também a minha cunhada Patrícia por sempre estar ao meu lado me incentivando a não desistir.

Agradeço em especial ao meu amigo Juan que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, me dando conselhos, e pela paciência comigo, obrigada por fazer parte da minha vida.

Agradeço aos meus colegas de classe e com certeza futuros excelentes profissionais. E não deixando de agradecer de forma grata e grandiosa a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Professor Leonardo Miglinas pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste TCC.

“A persistência é o caminho do êxito.”

Charles Chaplin

RESUMO

A Síndrome de Down representa uma das mais perceptíveis síndromes, pois, suas características dão ao sujeito portador características físicas próprias consideradas alterações intelectuais ou mentais. Algumas alterações no desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down devem ser reconhecidas e trabalhadas pelo profissional de Educação Física. Desta forma, o objetivo foi analisar como a produção científica existente sobre o trabalho de profissionais de educação física na inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas no Brasil tem contribuído para adequação dos profissionais que se utilizam desse conteúdo teórico nas aulas. Para alcançar os objetivos traçados nesse estudo optou-se por uma revisão da literatura. A busca foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS e MEDLINE. Os critérios de inclusão foram: somente os artigos científicos de origem brasileira, em português, publicados até o ano de 2017, com disponibilidade online do texto completo. As palavras-chaves utilizadas foram: “educação física” e “síndrome de down” e “inclusão”. Foram selecionados sete artigos que cumpriam os critérios de exclusão e inclusão. Entre as informações contidas nos artigos analisados segundo a metodologia proposta, foram compilados resultados pertinentes encontrados pelos autores que agregam relevância ao tema inclusão de alunos com Síndrome de Down em atividades e ambientes relacionados à Educação Física. De uma maneira geral, os estudos indicam que existem fragilidades no trabalho realizado pelo professor de educação física no que diz respeito às práticas pedagógicas adotadas com os alunos com deficiência. E, para superar essa fragilidade é importante analisar situação sob as minúcias das relações subjetivas dos professores com seus alunos. Além disso, os currículos dos profissionais de educação física devem abordar questões sobre a didática do aprendizado físico para os alunos que possuem alguma condição especial. Conclui-se que a inclusão desses alunos nas aulas de educação física é fundamental para integração física prática e cooperativa e deve estar vinculada a realidade social e cotidiana de cada aluno.

Palavras-chave: Inclusão. Síndrome de Down. Educação Física.

ABSTRACT

Down Syndrome represents one of the most noticeable syndromes, since its characteristics give the individual bearer physical characteristics of his own, considered as intellectual or mental changes. Some changes in the development of children with Down Syndrome must be recognized and worked out by the Physical Education professional. Thus, the objective was to analyze how the existing scientific production on the work of physical education professionals in the inclusion of children with Down Syndrome in schools in Brazil has contributed to the adequacy of professionals who use this theoretical content in class. To reach the objectives outlined in this study we opted for a review of the literature. The search was performed in the databases SciELO, LILACS and MEDLINE. The inclusion criteria were: only scientific articles of Brazilian origin, published in Portuguese until the year 2017, with online availability of the full text. The keywords used were: "physical education" and "down syndrome" and "inclusion". Seven articles were selected that fulfilled the exclusion and inclusion criteria. Among the information contained in the articles analyzed according to the proposed methodology, we have compiled relevant results found by the authors that add relevance to the topic inclusion of students with Down Syndrome in activities and environments related to Physical Education. In general, the studies indicate that there are weaknesses in the work carried out by the physical education teacher regarding the pedagogical practices adopted with students with disabilities. And to overcome this fragility it is important to analyze the situation under the minutiae of the subjective relations of teachers with their students. In addition, the curricula of physical education professionals should address questions about physical activity didactics for students who have a special condition. It is concluded that the inclusion of these students in physical education classes is fundamental for practical and cooperative physical integration and should be linked to the social and daily reality of each student.

Keywords: Inclusion. Down Syndrome. Physical Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 OBJETIVOS.....	19
1.1.1 Objetivo geral.....	19
1.1.2 Objetivos específicos.....	19
1.2 JUSTIFICATIVA.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 SINDROME DE DOWN: CONCEITOS.....	21
2.2 A INCLUSÃO E A ESCOLARIZAÇÃO.....	22
2.3 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO	24
2.4 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SINDROME DE DOWN NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	25
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	29
3.2 BUSCA OU AMOSTRAGEM NA LITERATURA	29
3.3 REVISÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

A interação entre pessoas considerando as suas diferenças e particularidades em diversos contextos sejam eles sociais, raciais, econômicos ou biológicos, entre outros, caracteriza-se como inclusão e tem se tornando um tema cada vez mais debatido pela sociedade atual, principalmente no âmbito escolar, que é o foco dessa pesquisa de conclusão de curso.

A inclusão segundo Sasaki (1997, p.3) pode ser conceituada como:

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (além de outras) e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Também além disso, com a Lei 13.146 (BRASIL, 2015, p.4)

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A inclusão de pessoas com deficiências é promovida por meio da socialização, convívio e estímulo ao desenvolvimento. No ambiente educacional, trata-se de um direito garantido pela Lei 9394/96 que prevê que estes alunos podem frequentar escola regular desde que haja apoio especializado adequado ou que sejam dirigidos para escolas especiais em situações onde a integração não aconteça (SERAPOMPA; MAIA, 2006).

Dessa forma, fica sob responsabilidade da escola, assim como de seus profissionais qualificarem-se em currículo para acolher e preparar alunos que necessitem cuidados especiais (SALLES, ARAUJO; FERNANDES, 2015).

Dentre as deficiências, a Síndrome de Down (SD) representa uma das mais perceptíveis, pois suas características dão ao sujeito portador características físicas próprias consideradas alterações intelectuais ou mentais. Também conhecida como trissomia do cromossomo 21, “é uma alteração genética em que a presença do cromossomo 21 extras na constituição genética determinam características físicas específicas e atraso no desenvolvimento” (BRASIL, 2013, p.21).

Apesar de existirem três possibilidades do ponto de vista citogenético, a

SD apresenta um fenótipo com expressividade variada. Entendendo-se genótipo como a constituição cromossômica do indivíduo e por fenótipo características observáveis no organismo que resultam da interação da expressão gênica e de fatores ambientais (BRASIL, 2013, p.8).

A Síndrome de Down consiste numa alteração genética presente na espécie humana desde sua origem. Foi descrita pela primeira vez há 150 anos, por John Langdon Down, no ano de 1866, que se referiu como um quadro clínico de própria identidade. Em 1958, o francês Jérôme Lejeune e a inglesa Pat Jacobs encontraram em diferentes estudos a origem cromossômica da síndrome. A partir de então, ela passou a ser considerada uma síndrome genética (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE SÍNDROME DE DOWN, 2015).

Pessoas que apresentam alterações biológicas que limitem o desenvolvimento cognitivo e/ou motor, como portadores da Síndrome de Down, necessitam de cuidados especiais e representam um grande desafio para diversas áreas, entre elas o sistema de ensino. Cabe à comunidade escolar prezar pela valorização da diversidade entre seus membros, onde cada um assume seu papel por meio de atividades de acordo com seus talentos, potenciais e capacidades. Para receber alunos com necessidades especiais, como portadores da Síndrome de Down, a escola deve passar por mudanças e adaptações curriculares, avaliação e capacitação de profissionais, recebendo grande destaque nesse contexto a figura do professor (ALVES; DUARTE, 2017).

Considerando a Educação Física como grande área, suas vertentes e formas de trabalhar o movimento e interação entre os alunos e como disciplina elementar nas diretrizes curriculares, a participação de um profissional da área durante o processo de inclusão torna-se pertinente em função de, muitas vezes, esses indivíduos serem excluídos devido a suas condições. A Educação Física Adaptada tem como objetivo de maior interesse promover a inclusão de pessoas portadoras de deficiência em atividades lúdicas, principalmente relacionadas ao esporte e aos exercícios (BRITO; LIMA, 2012).

Algumas alterações no desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down devem ser reconhecidas e trabalhadas pelo profissional de Educação Física. Como resultado dessa relevância, muitos estudos têm sido desenvolvidos e publicados no intuito de discutir e esclarecer o papel da Educação Física no processo de inclusão e sua

influência na educação destas crianças. Por exemplo, os recém-nascidos em sua totalidade apresentam hipotonia muscular. Este quadro tende a reduzir a medida que a criança vai crescendo, e envolve músculos e ligamentos do indivíduo (SILVA; KLEINHANS, 2006).

O tônus é uma característica individual, por isso há variações de uma criança para outra. Essa condição faz com que o desenvolvimento inicial fique um pouco mais lento, demorando mais para controlar a cabeça, rolar, sentar, arrastar, engatinhar, andar e correr (PEDIATRIC DATABASE, 2006, p. 12).

Sendo assim, fica comprometida a exploração do meio por parte da criança nos estágios iniciais do crescimento, influenciando também no seu desenvolvimento. O trabalho do profissional de Educação Física pode ajudar muito, contudo, quando a criança começa a andar. Há, ainda, a necessidade voltar uma atenção especial para o equilíbrio, coordenação motora e a questão postural (PEDIATRIC DATABASE, 2006).

Por isso, a Educação Física ocupa uma posição de grande relevância referente à chance de proporcionar o contato com a cultura do corpo, a partilha de competências e o zelo pelo aprendizado dos alunos.

Graças à possibilidade de se tematizar atividades como jogos, esportes, danças, lutas e ginástica, que são formas da cultura corporal nascidas de necessidades sociais concretas, compreende-se que a disciplina tem papel fundamental no processo inclusivo devido ao seu potencial para promover experiências e atitudes positivas em relação à prática dessas manifestações da cultura corporal de movimento (SALLES; ARAÚJO; FERNANDES, 2015, p.7).

Nesse contexto, as estratégias para incluir alunos com deficiências devem focar não apenas no desenvolvimento da criança, mas também na qualificação para o trabalho e na independência de uma forma geral. Acolher envolve o reconhecimento e valorização da natureza do desenvolvimento humano, essencialmente singular. A educação em suas diversas vertentes deve criar situações de comunicação inseridas em um ambiente favorável para que pessoas possam se relacionar, independente de portarem ou não alguma necessidade especial (SERAPOMPA; MAIA, 2006; ALVES; DUARTE, 2017).

Nos estágios iniciais da jornada escolar, a inclusão destes alunos é de suma importância, uma vez que requerem, assim como toda criança, cuidados básicos como afeto e proteção. Ainda que de uma forma diferentes e com algumas limitações,

possuem plena capacidade de conviver, interagir, aprender e brincar (ANHÃO; PFEIFER; SANTOS, 2010).

Desta forma, é fundamental que o profissional que lide com os portadores da SD, saibam que cada indivíduo com a síndrome pode ter limitações e desenvolvimentos diferentes uns dos outros. Da mesma forma que a SD não apresenta características estáticas no modo e intensidade de manifestar-se, também não apresenta uniformidade no desenvolvimento do portador (SAAD, 2003). Segundo, Vygotsky (1998, p.128), “[...] das crianças em geral, não se pode esperar uniformidade nem na qualidade, nem no ritmo de aprendizagem, seja individual ou coletivo, mesmo que todas partam do mesmo grau de avaliação de inteligência [...]”.

Assim, o projeto descrito a seguir objetivou analisar a inclusão de alunos com Síndrome Down pelo trabalho de profissionais da área de Educação Física no Ensino Fundamental por meio de uma Revisão da Literatura considerando o conteúdo de publicações em periódicos nacionais na base de dados Scielo publicados até 2017 buscadas por meio das palavras chaves: “educação física”, “síndrome de down” e “inclusão”. Tendo em vista esse tema, seguimos a pergunta norteadora: Como a literatura científica pode colaborar com a prática de profissionais da área da Educação Física para que alunos com Síndrome de Down sejam incluídos nas escolas do Brasil? Sobre quais perspectivas os trabalhos científicos sobre o tema, abordam?

Sendo assim, diante do grande desafio que é desenvolver a inclusão de alunos com Síndrome de Down nas escolas por suas limitações, e a forma como a Educação Física pode ser trabalhada nesse processo, é pertinente discutir sobre essa temática à luz da literatura científica para subsidiar a implantação de estratégias adotadas na área. Pretende-se neste trabalho compilar informações que possam contribuir no planejamento e elaboração de práticas inclusivas na área da Educação Física exercidas em escolas que apresentam alunos com a síndrome, por meio de uma revisão da literatura.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a produção científica existente sobre o trabalho de profissionais de educação física na inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas no Brasil tem contribuído para adequação dos profissionais que se utilizam desse conteúdo teórico nas aulas.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar e analisar como os trabalhos estão publicados sobre a temática e sobre quais principais aspectos estão estruturados
- Analisar se os trabalhos encontrados são suficientes para embasar a prática pedagógica dos professores
- Identificar, na produção científica encontrada, a influência da prática da atividade física na vida das crianças com Síndrome de Down.

1.2 JUSTIFICATIVA

O interesse sobre esse tema surgiu através do estágio em uma escola de ensino fundamental da prefeitura de vitória, houve um aprofundamento em conhecer a educação especial, mas especificamente a inserção ou não inserção de alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física.

Diante do grande desafio que é desenvolver a inclusão de alunos com Síndrome de Down nas escolas por suas limitações, e a forma como a Educação Física pode ser trabalhada nesse processo, é pertinente discutir sobre essa temática à luz da literatura científica para subsidiar a implantação de estratégias adotadas na área. Pretende-se

neste trabalho compilar informações que possam contribuir no planejamento e elaboração de práticas inclusivas na área da Educação Física exercidas em escolas que apresentam alunos com a síndrome, fazendo o levantamento de como os trabalhos que escrevem sobre a área ajudam os profissionais, por meio de uma revisão da literatura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SÍNDROME DE DOWN: CONCEITOS

A Síndrome de Down resulta de uma mudança de componentes genéticos causada pela adição de um cromossomo no par 21. O genoma é formado por 46 cromossomos, 23 deles provenientes do pai e 23 da mãe, totalizando 23 pares. Pessoas que apresentam esta síndrome apresentam 47 cromossomos caracterizada pelo trissomia no par 21 (FLORÉZ, 1997).

Por todas as suas peculiaridades, tem-se estabelecida a necessidade de aprimorar o conhecimento sobre a SD, abrangendo suas vertentes biológicas e socio-culturais, tendo em vista que apesar da ênfase pela ciência, grande parte das vezes os novos achados não atingem os profissionais que tem contato direto com essas pessoas, por exemplo, em ambientes escolares e instituições de saúde. Há ainda ideias atreladas a estigmas e denotação de rótulos direcionados a portadores da síndrome (LIMA; FERRAZ, 2000).

As características dessa síndrome foram descritas pela primeira vez em uma publicação pelo médico inglês John Langdon Down em 1866 e, por isso, hoje a síndrome leva o seu nome. Historicamente, pessoas portadoras de SD eram visualizadas em uma perspectiva patológica com foco nas suas limitações e por isso eram educadas de forma separadas da convivência com crianças consideradas “normais”. Embora apresentando limitações, ao serem estimuladas e atendidas de maneira adequada, as pessoas com Síndrome de Down apresentam potencial para atingirem uma vida saudável e integrada à sociedade (BRASIL, 2015).

As crianças com SD possuem alterações físicas semelhantes, tais como: aparência arredondada da cabeça, pálpebras estreitas e oblíquas, boca pequena, pescoço curto, mãos e pés pequenos e grossos, crescimento físico mais lento, menor tonicidade nos músculos, etc. Entretanto, podem diferir entre si em aspectos como linguagem, motricidade, socialização e habilidades de vida diárias (VOIVODIC, 2004).

Quanto ao prognóstico, observa-se um aumento da prevalência desta condição na

população em geral possivelmente relacionado ao aumento da sobrevida. Neste caso, tratamentos que envolvam a estimulação destas pessoas, no que tange a Fisioterapia, Fonoterapia, Psicologia entre outras áreas exibem excelentes resultados no desenvolvimento e desempenho do portador da SD perante o convívio familiar e social (MOREIRA et al., 2000).

Durante o desenvolvimento da criança, tem-se a necessidade de carinho, atenção, respeito, entretenimento e estimulação independente do fato de portar ou não a síndrome. Segundo Vygotsky (1994), o meio social proporciona interações que terão forte influência na estimulação deste desenvolvimento, oportunizando a absorção de experiências e interpretações responsáveis pela formação da criança.

2.2 A INCLUSÃO E A ESCOLARIZAÇÃO

É notório que a inclusão representa um processo em contínuo em contínuo andamento na sociedade atual, ainda que com empecilhos durante seu curso. No que se refere ao ambiente escolar, incluir alunos com déficits de diferentes naturezas engloba adotar práticas que tornem a escola um lugar democrático com a participação de todos em suas atividades propostas. Para isso, no entanto, faz-se necessário além de enriquecimento curricular e boa vontade por parte dos professores, mas também apoio do poder público por meio de estruturação do espaço físico adaptado e fornecimento material didático apropriado (SALES et al., 2015).

Linhas de base da Política Nacional de Educação Especial sob a ótica da Educação Inclusiva determina que a educação especial compõe a proposta pedagógica da instituição de ensino, tendo como principal alvo alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e alunos com habilidade superdesenvolvidas e superdotação. Tal documento define:

[...] alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/ superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes (BRASIL, 2008, p.15).

Dentre as diversas necessidades educacionais especiais, o quadro mental é o quadro mais desafiador para a escola, tendo em vista que no Brasil, em virtude do alto índice de evasão e reprovação escolar, é visível que a escola não sabe lidar com a realidade das diferentes formas de aprender dos que são considerados “normais”, quanto mais em relação aos que possuem déficits intelectuais.

Porém, incluir alunos com necessidades especiais não deve representar um desafio com características negativas, e sim uma conscientização sobre a condição diferenciada da criança e suas demandas como explica Flórez (1997, p.6): “[...] a dificuldade para aprender não deve ser considerada como algo generalizável a todo tipo de aprendizagem, mas parcelável”.

Isto significa como afirma Mazzotta (1982, p.15),

[...] que nem todas as condutas são afetadas pela deficiência. Para isso, é preciso procurar e esgotar todos os métodos e meios de ensino que permitam aos alunos aprender e alcançar os objetivos educativos, motivando-os a sempre buscar seu melhor.

Desta forma, a escola atua como formadora da inclusão social e cidadania. A inserção de alunos que portem deficiência mental na escola regular é garantida por lei, bem como a assistência por profissionais capacitados que trabalhem atividades capazes de promover integração, desenvolvimento da independência e autonomia, formando cidadãos preparados para conviver em sociedade de modo atuante. Neste sentido, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, p.3) proclama que:

[...] as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Elas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.

Tal contexto corrobora com achados de Nader (2003) ao afirmar que exercitar autonomia e liberdade no portador de deficiência facilita sua inserção ao grupo no qual pertence, aproveitando a oportunidade de interagir com crianças longe da imposição

familiar de regras ou proteção exagerada, desenvolvendo-se às expensas das limitações próprias e senso de autonomia.

De tal maneira, a escola representa grande relevância no processo da inclusão, uma vez que oportuniza o aluno com SD conviver com outros alunos de mesma idade, defendendo sua própria posição. Tal situação pode não acontecer e em lugares que "protejam" alunos especiais. De acordo com Rosin-Pinola (2006), a relação interpessoal de crianças com deficiência caracteriza-se como coadjuvância da inclusão e integração destes alunos na instituição regular de ensino, ao passo em que embasa a melhoria da qualidade do modo de comunicarem-se, fazerem bom uso de suas condições sociais e desenvolverem a aprendizagem.

2.3 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO

A Educação Física consiste numa prática pedagógica que trabalha a cultura humana em suas manifestações históricas e sociais, integrando o aluno à cultura corporal de movimento. Nesse contexto, destaca-se o conhecimento dos alunos em sua individualidade para que sejam melhores respeitados e explorado seu potencial, de modo a culminar em resultados positivos na formação de cidadãos mais flexíveis, conscientes e dignos de promover a integralidade e não a exclusão. Por isso, o diálogo frequente entre professores e alunos no planejamento das ações facilita a inserção de alunos com limitações físicas e psíquica, e desenvolve valores benéficos a todos como o bem comum, a amizade e o respeito (SALES et al., 2015).

Salles e outros (2015) por meio de um estudo descritivo-exploratório, compreendeu que professores valorizam e reconhecem que iniciativas inclusivas vêm crescendo, embora considerem necessário o auxílio de outros profissionais, sobretudo psicólogos, construção de salas multimeios como recursos facilitadores do processo, políticas públicas de inclusão mais efetivas e promoção de atividades de formação continuada de profissionais da área.

Em relação aos recursos didáticos adotados, foram enfatizados o estímulo do relacionamento interpessoal entre os alunos da turma, conversa entre o grupo, adaptação de atividades com jogos, esportes e danças para o desenvolvimento comum,

respeitando as limitações e garantindo a interação como objetivo principal (SALES et al., 2015).

Um programa de Educação Física bem elaborado permite ao aluno, independente do mesmo portar alguma necessidade especial ou não, compreender e aceitar suas limitações e capacidades, contribuindo para a construção de uma identidade e auto-estima (SEABRA, 2012, p.9).

Entretanto, Leonardo, Bray e Rossato (2009) mostraram ambientes escolares públicos e privados no Brasil tem apresentado alterações somente estruturais para acolher alunos portadores de deficiência, havendo também a necessidade de alterações na metodologia pedagógica. A falta de preparo de profissionais e carência de recursos na infraestrutura da escola representam grandes dificuldades enfrentadas por professores de Educação Física na promoção da inclusão, que revelam o despreparo em relação aos tipos de deficiências apresentadas pelos alunos (LEONARDO; BRAY; ROSSATO, 2009).

Por este motivo, incluir alunos com deficiência deve representar uma prioridade para o professor. O profissional precisa atentar-se não só para a participação deles nas atividades passadas, mas trazê-los sempre ao meio social nas aulas. Sendo assim, a inclusão está presente nas relações sociais com os colegas da sala, superando atividades propostas e abrangendo inclusão da criança em seu ambiente (PIVIK; MCCOMAS; LAFLAME, 2002).

2.4 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SINDROME DE DOWN NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Por parte do profissional de Educação Física, assim como de outras áreas, é importante o conhecimento geral dos perfis que esses alunos podem apresentar no intuito de reconhecê-los diante da prática de ensino e desenvolver uma melhor didática de acordo com a adaptação das atividades (BISSOTO, 2005).

A inclusão destas crianças deve ter por base a individualidade de cada uma, seja incitando o melhor de suas habilidades ou adoção de um planejamento proposto adaptado as suas dificuldades. A escola por sua vez, oferece a oportunidade de adquirir conhecimento não deixando de lado a convivência e aquisição de valores fundamentais

para o exercício da boa cidadania (LUIZ et al., 2008).

De acordo com Bissoto (2005), algumas peculiaridades estão presentes nos alunos com síndrome de Down como a habilidade cognitiva de compreensão mais desenvolvida do que a expressão, sendo que estas crianças quando expostas a linguagem alternativa não-verbal demonstram-se menos frustradas por desempenhar melhor a comunicação e conseqüente relação interpessoal.

Além disso, destaca ainda que durante o processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down, três características pertinentes devem ser consideradas: (A) a estratégia de afastamento ou “fuga” quando confrontadas pela aprendizagem de novas habilidades, (B) uma relutância para tomar iniciativa no momento do aprendizado e (C) uma dependência de outros quando solicitações cognitivas mais complexas são realizadas resultando em birras ou demonstração exagerada de afeto (BISSOTO, 2005).

Em estudo realizado por Hutzler e outros (2002), buscou-se elucidar as experiências de alunos com deficiência física durante as aulas de Educação Física a fim de identificar fatores que colaborem ou limitam a inclusão e empoderamento. Os autores concluíram que o processo de inclusão relaciona-se ao tipo de interação em meio social que podem facilitar ou limitar a inclusão deste aluno com deficiência das atividades das aulas de Educação Física. Relações que oferecem suporte e aceitação na sociedade promovem a inclusão, ao passo que quando estes valores são menosprezados ou não considerados, o resultado é a exclusão da criança portadora de deficiência.

Muitos desafios devem ainda ser superados para tomar a inclusão mais efetiva de alunos com Síndrome de Down na prática pedagógica, sobretudo no que se refere ao preparo dos profissionais envolvidos na formação destes alunos, a inclusão de profissionais de diferentes áreas como fonoaudiólogos, psicólogos e fisioterapeutas e a participação ativa da família na formação de uma rede de apoio de caráter complementar processo de aprendizagem (LUIZ et al., 2008).

Teixeira e Kubo (2008), avaliaram a percepção de 103 colegas de quatro alunos com Síndrome de Down do ensino regular de uma escola no sul do país por meio de um questionário onde as perguntas categorizavam “amigos”, “não-amigos”, “fará uma

faculdade” e “não fará uma faculdade” incluindo o nome de até três colegas. Em nenhuma das categorias supra-citadas os alunos com Síndrome de Down tem maior quantidade de indicações, indicando que a inserção de alunos com necessidades especiais deve ser planejada a fim de estabelecer que, numa mesma turma, alunos que participem conjuntamente de todas as ações, mesmo que apresentem objetivos de aprendizagem que envolvam diferentes graus de complexidade (TEIXEIRA; KUBO, 2008).

Saad (2003) estudou numa abordagem qualitativa o potencial cognitivo de 10 jovens com síndrome de Down, considerando o desempenho desses alunos em várias áreas do conhecimento pela interpretação de entrevistas, boletins, observação direta e acompanhamento de atividades artísticas e esportivas. Um dos estudantes envolvidos, foi estimulado para dança desde os cinco anos de idade por sua afinidade pela música, atividade motora e ritmo bem desenvolvidos e chegou a freqüentar renomadas academias após a formação escolar.

Batista e Enumo (2004) estudaram o relacionamento social de alunos portadores de deficiência intelectual que frequentam a escola para analisar seus benefícios proporcionados pela escola inclusiva. Foi relatado que estas crianças apresentaram uma interação limitada com os demais colegas de classe, não sendo inteiramente aceitos pelas demais crianças segundo os indicadores de baixa frequência de aceitação. Ou seja, foram incluídos ao ambiente fisicamente, todavia, não foram construídos vínculos sociais. Os autores concluíram que a simples inserção de quem apresenta deficiência não garante o estabelecimento de laços interação social e os benefícios inerentes para o desenvolvimento como aluno e como pessoa.

A valorização exacerbada do desempenho físico e esportivo, dando ênfase as diferenças de habilidades e competências culmina no afastamento de alunos que se consideram com baixo potencial de expressão e habilidade, representando um cuidado que o profissional da área de Educação Física deve considerar durante a prática, sobretudo quando envolve alunos com necessidades especiais, que é o caso dos portadores da Síndrome de Down (SEABRA, 2012).

Nesse contexto, criar e coordenar gestos em um ritmo próprio representam

manifestações de uma sensibilidade subjetiva que podem e devem ser estimuladas quando identificadas. Ainda com movimentos mais lentos em função da hipotonia muscular, alunos com Síndrome de Down, quando estimulados, possuem uma excelente coordenação motora (SAAD, 2003).

O professor precisa estar seguro de que o aluno compreendeu a tarefa, mantendo uma comunicação clara e objetiva, despertando interesse e motivação e ajudar, quando necessário, na realização de algum movimento. É importante oferecer um conteúdo lúdico que exponha o aluno a situações de como lidar com seus fracassos e êxitos execução de atividades e auxílio no enfrentamento de dificuldades motoras (SEABRA, 2012; SAAD, 2003).

Além disso, é importante que o professor se aproprie da ideia de que a ação da Educação Física não é restrita e possui características educacionais e sociais. Os movimentos não apresentam um fim em si mesmo e, por meio deles, o aluno adquire conhecimento sobre seu próprio corpo e procura o máximo desenvolvimento de sua capacidade cognitiva, relações afetivas, desenvolvimento motor e otimizando suas habilidades (BATISTA; ENUMO, 2004).

Desta forma, a Educação Física pode adquirir um papel importante uma vez que tem o potencial de estruturar um ambiente facilitador e adequado para o indivíduo, oferecendo experiências que vão resultar num grande auxiliar de seu desenvolvimento. Por isso, as atividades devem ser planejadas, administradas e adaptadas para os indivíduos considerando seu grau de deficiência e suas características comportamentais, já que estas irão ditar e guiar as atividades dos profissionais.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para alcançar os objetivos traçados nesse estudo optou-se por uma revisão da literatura. Este método de pesquisa permite a síntese de diversos estudos publicados em dado momento, a respeito de uma temática específica (RUSSEL, 2005). A busca dos artigos e construção da discussão será dividida em cinco fases: elaboração das perguntas norteadoras; busca ou amostragem na literatura; revisão e seleção dos estudos.

Com base na revisão de literatura, a pergunta norteadora deu início ao estudo em que contribuiu para a busca de respostas através de hipóteses levantadas acerca de um tema proposto (RUSSEL, 2005). Com isso, o estudo teve como questões norteadoras: Como a literatura científica pode colaborar com a prática de profissionais de Educação Física na inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas do Brasil? Como a prática de educação física pode influenciar nas características das crianças?

3.2 BUSCA OU AMOSTRAGEM NA LITERATURA

Essa etapa é entendida como a busca de evidências, em que se desejam artigos delimitados ao objetivo do estudo, através do uso de palavras-chaves e aplicação dos critérios de inclusão (RUSSEL, 2005). Assim, a busca foi realizada nas bases de dados SciELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e MEDLINE. Os critérios de inclusão foram somente os artigos científicos de origem brasileira, em português, publicados até o ano de 2017, com disponibilidade *online* do texto completo. As palavras-chaves utilizadas serão: “educação física” e “síndrome de down” e “inclusão”.

3.3 REVISÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS

Após a busca inicial, a etapa de revisão e seleção buscará delimitar e organizar os dados, através da seleção de artigos, avaliação dos títulos e leitura dos resumos. Ainda nesta etapa, serão selecionados os artigos que relacionam a temática com a prática de educação física em escolas de ensino regular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foram identificados 288 artigos potencialmente elegíveis para inclusão nesta revisão. Após a retirada dos artigos duplicados (n=101) foram analisados 187 artigos pelo título, e apenas 46 foram para etapa de leitura dos resumos. Posteriormente, 33 foram excluídos após a leitura dos resumos e apenas 13 foram lidos integralmente. Destes, seis não preencheram os critérios de inclusão previamente determinados e foram posteriormente excluídos. Restaram, então, sete artigos que foram selecionados.

Entre as informações contidas nos artigos analisados segundo a metodologia proposta, foram compilados resultados pertinentes encontrados pelos autores que agregam relevância ao tema inclusão de alunos com Síndrome de Down em atividades e ambientes relacionados à Educação Física. Os resultados avaliados serão exibidos no conteúdo a seguir.

Quadro 1 - Referência de acordo com os objetivos e resultados

(continua)

Artigos encontrados (Referência)	Quais aspectos estão estruturados (Objetivo)	Análise geral sobre os trabalhos (Resultados)
Andrade; freitas (2016)	Analisar os modos de agir do professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência na escola regular	Apontou indícios de que a função docente é preponderante na organização das possibilidades de participação, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência, desde que sejam oportunizadas estratégias que considerem as singularidades desses alunos.
Alves; Duarte (2012)	Observar a realidade da inclusão da criança com síndrome de Down (SD) nas aulas de educação física escolar, identificando os obstáculos e facilidades encontrados pela mesma.	Os resultados demonstraram que há ainda muitas lacunas a serem preenchidas a respeito do processo inclusivo de alunos com deficiência. Apesar da ausência de dificuldades de compreensão e execução das atividades propostas, os alunos com SD demonstraram a estruturação de relações sociais limitadas com os colegas de classe.

Quadro 1 - Referência de acordo com os objetivos e resultados

(conclusão)

Artigos encontrados (Referência)	Quais aspectos estão estruturados (Objetivo)	Análise geral sobre os trabalhos (Resultados)
Ferraz et al., (2010)	Conhecer o processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down (SD) e Paralisia Cerebral (PC), a partir da comparação dos relatos de pais e professores e analisar como sua interação afeta o processo de inclusão.	Observaram-se: oportunidade de a inclusão diminuir o preconceito; a expectativa dos pais em matricular o filho na escola regular como possibilidade de aprender a ler e a escrever ao menos o nome. Por outro lado, os professores declaram não se sentirem preparados para este trabalho; entretanto, mesmo sem orientações, recursos e estrutura física adequada, trabalham para efetivação do aprendizado em sala de aula.
Modesto; Greguoi (2014)	Realizar uma revisão sistemática da literatura abordando a influência do treinamento resistido em pessoas com SD, destacando os protocolos utilizados e seus efeitos na aptidão física.	Detectou-se escassez de pesquisas relativas aos efeitos de programas de treinamentos com pesos para a população com SD. Nos estudos existentes houve maior participação de indivíduos do sexo masculino (61,9%) em comparação ao feminino (38,1%).
Chiviakowsky et al., (2012)	Comparar os efeitos de duas frequências de conhecimento de resultados (CR) na aprendizagem de uma habilidade motora em indivíduos com síndrome de Down (SD).	Os resultados do presente estudo mostraram que os participantes com SD obtiveram aprendizagem similar tanto em um arranjo de prática com frequência reduzida a 33% de CR quanto com um arranjo com frequência de 100% de CR.
Chicon et al., (2016)	Descrever e analisar a ação mediadora dos professores/brinquedistas no processo de interação de alunos com e sem deficiência na brinquedoteca.	Destacou-se que a ação do brincar é importante para o processo de inclusão e que o professor deve estar atento para identificar situações que requerem intervenção. Também, evidenciou a importância de tematizar com as crianças a questão da diversidade.
Carvalho; Araujo (2016)	Elaborar uma proposta que facilite a inclusão de alunos com deficiência na educação física escolar por meio da pedagogia de Freinet.	Foi verificado que os ideais de Freinet permitem uma construção teórica sobre princípios inclusivos e aproximação prática com as diversidades, favorecendo o conhecimento e respeito às diferenças.

Fonte: (ALVES; DUARTE, 2012; ANDRADE; FREITAS, 2016; CARVALHO; ARAUJO, 2016; CHICON et al., 2016; CHIVIACOWSKY et al., 2012; FERRAZ et al., 2010; MODESTO; GREGUOL, 2014).

O estudo publicado por Andrade e Freitas (2016) teve o objetivo de analisar os modos de agir do professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Pois, estudos indicam que existem fragilidades no trabalho realizado

pelo professor de educação física no que diz respeito às práticas pedagógicas adotadas com os alunos com deficiência. E, práticas que não sejam adequadas para inclusão desses alunos podem levar os outros estudantes a reproduzirem condutas de segregação em relação aos colegas com deficiências.

A pesquisa foi realizada através do método qualitativo e foi conduzida pelos autores foi realizada em duas escolas da rede estadual de ensino. As instituições se localizavam em pequenos municípios no interior do estado de São Paulo e foram selecionadas pois possuíam em seu corpo de alunos, estudantes com deficiência e por ambas pertencerem a rede pública de ensino. Certamente, existem diferenças entre as escolas da rede pública e as da rede particular de ensino.

A inclusão do estudo na pesquisa bibliográfica se deu principalmente pelo fato de o método de observação ser realizado tanto no profissional de educação física, quanto na reação dos alunos ao responderem às práticas inclusivas adotadas. As aulas de educação física foram gravadas e os registros foram transcritos na íntegra. Portanto, trata-se de um importante debate para a prática da educação física nas escolas.

As atividades das professoras de educação física foram observadas semanalmente, e, os autores relatam algumas características individuais das professoras que de alguma forma podem influenciar na sua prática. Portanto, uma era jovem, com apenas 26 anos, graduada em Educação Física e com curso de especialização em Educação Especial, já a outra professora, possuía 46 anos na ocasião do estudo, e era formada em Educação Física e Pedagogia.

Neste sentido, um ponto que pode embasar teoricamente outros profissionais, surge quando, verificamos o trabalho das professoras. Ambas as professoras trabalham o conteúdo da Educação Física em sala de aula e na quadra esportiva de suas respectivas escolas. O autor explicita dois momentos diferentes para analisar a resposta do aluno com deficiência às exigências da aula de movimentação intensa. As ações educativas possibilitam o aluno experimentar e manipular a bola, e destaca-se neste momento, a fragilidade em relação aos outros alunos. Percebeu-se o modo que o aluno com deficiência é significado pelo seu professor, com poucas expectativas em relação ao seu desenvolvimento e, devido a isso, recebe tratamento diferenciado.

Na outra situação observada, percebeu-se que professora organizou a atividade de forma que um colega de turma auxiliasse o aluno com deficiência: o aluno guia. Os autores destacam que todos os sujeitos são dependentes das condições concretas que lhe são dadas pelo grupo social que está inserido e que o homem é um conjunto de relações sociais, considerado um ser não apenas biológico, mas cultural.

Andrade e Freitas (2016) destacam a importância em analisar situação sob as minúcias das relações subjetivas dos professores com seus alunos. Além disso, mostram a importância de o professor de educação física viabilizar condições favoráveis para inserção de todos os alunos que necessitem de um olhar mais apurado. Seja pela forma que realizam, orientam explicitam ou demonstram os conteúdos para os alunos com algum tipo de deficiência, pois isso possibilita que os conteúdos trabalhados se tornem significativos para os alunos.

Ainda, ressaltam a importância que os currículos dos profissionais de educação física abordem questões sobre a didática do aprendizado físico para os alunos que possuem alguma condição especial. Essa necessidade de uma prática mais embasada nas diferenças entre os alunos foi evidenciada, pois, apesar das professoras do estudo buscarem inserir os alunos com deficiência nas atividades realizadas, estão também imobilizadas em seu fazer pedagógico, na medida em que são executoras de projetos e planos presentes na proposta curricular.

Como análise crítica referente a esta revisão, foi possível verificar que os resultados das ações adotadas pelos profissionais mencionados na metodologia do estudo de Andrade e Freitas (2016), ofereceram um ambiente favorável para participação e aprendizado dos alunos com deficiência nas aulas. Tal informação pode influenciar positivamente a adoção de práticas pedagógicas de professores de Educação Física para planejar suas ações inclusivas, pela atuação direta do professor na convocação dos alunos e incentivo para realizarem as atividades propostas, estando sempre como referência direta para orientação, explicações de modo simplificado, e demonstrações, o que facilita a difusão do conteúdo trabalhado e o torna elementar para os alunos com deficiência.

Sobre a influência na vida dos alunos, foram anotados os benefícios ao aprendizado e

interação social atribuído à participação dos alunos com deficiência intelectual nas atividades desenvolvidas em sala também indicam como que a Disciplina de Educação Física colabora com o seu desenvolvimento, enaltecendo ainda mais o papel do profissional da área na escola inclusiva e no próprio processo de inclusão. Isso porque facilita a compreensão destes alunos em todo seu contexto social, cultural e suas habilidades, e não apenas uma visão restrita à condição biológica que acaba limitando as ações por parte dos professores e, também, a oportunidade de aprendizado.

O estudo também incentiva a instituição de ensino deve dispor-se sempre ao desenvolvimento do aluno, voltando a grade curricular para a construção social, o que oportuniza o trabalho com conteúdo técnico e científico mas também interpessoal. Esta realidade caracteriza-se como inspiradora no planejamento pedagógico e nas estratégias didática para os professores. Por fim, também é importante ressaltar que a grade curricular deve voltar-se para práticas inclusivas, sem, entretanto comprometer a autonomia do professor em sala de aula, o que foi uma dificuldade encontrada pelas profissionais participantes do estudo. Ou seja, o professor precisa da liberdade de interagir, embora siga o conteúdo proposto, e encontrar maneiras que facilitem o aprendizado por parte dos de alunos que apresentem algum grau de dificuldade, como portadores de SD que apresentem deficiência intelectual.

Alves e Duarte (2012) também observaram sistematicamente a realidade do processo inclusivo de uma criança com Síndrome de Down, tendo em vista dificuldades e facilidades, nas aulas de educação física escolar. No total, foram observados 33 alunos da terceira série sem deficiência e um com SD do sexo masculino com nove anos de idade, todos do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual em Campinas-SP. Foi considerada a participação dos alunos nas atividades propostas e o envolvimento social com os outros alunos e a metodologia aplicada foi um estudo de caso.

Neste estudo, foi possível verificar a metodologia de trabalho dos professores, neste caso podendo contribuir para embasar outros professores de educação física. O colégio selecionado para participar da pesquisa, permitia aos alunos frequentar salas de recurso em períodos opostos aos períodos regulares, disponíveis como apoio no processo de aprendizagem. As aulas de Educação Física aconteciam duas vezes por

semana com duração de 50 minutos cada aula, na quadra externa ao prédio escolar ou dentro da sala de aula. Os conteúdos abordados durante o ano letivo foram jogos, brincadeiras folclóricas, lutas, ginástica, jogos pré-desportivos e ritmo.

A participação de todos os alunos no universo da pesquisa permitiu analisar como era o comportamento do aluno com SD e das demais crianças com ele. Desta forma, as aulas foram observadas mediante três aspectos: compreensão e a execução das atividades propostas; a relação do aluno com seus pares e com a professora; e sua relação com ambiente de aula.

Na tentativa de perceber a influencia na qualidade de vida dos alunos, observou-se que neste trabalho de pesquisa os alunos com SD não apresentaram dificuldade e demonstraram interesse na compreensão e execução das atividades propostas, e houve interação entre todos os alunos de uma forma geral, conferindo às relações estabelecidas um caráter de inclusão.

No entanto, houve redução dessa interação nos momentos em que as atividades eram livres, sem coordenação do profissional. O isolamento neste período indica uma falha no processo de inclusão destes alunos, visto que ocorre não em decorrência da falta de compreensão do conteúdo oferecidos pelos alunos com SD, mas da falha na construção de relação social com os demais colegas no ambiente escolar (ALVES; DUARTE, 2012).

O objetivo principal do professor de Educação Física nesse processo deve vislumbrar não somente o trabalho com conteúdo, mas também a relação interpessoal e estabelecimento de vínculos entre os alunos da sala de aula. Para isso, é fundamental o preparo do professor frente à realidade a ser encontrada, o trabalho juntamente a outros profissionais da escola e aos familiares e a estruturação da escola para permitir trabalhar com estes alunos. O conhecimento de dificuldades é de extrema importância para permitir a elaboração e melhora de políticas voltadas para o processo inclusivo.

Podemos distinguir as pesquisas que por definição investigaram o processo de inclusão dos alunos com deficiência na educação física e caracterizam os pontos positivos e negativos do processo de escolarização, neste sentido, contribui para melhorar e ampliar o processo em andamento. O isolamento social de alunos com SD, muitas

vezes, não se deve a falta de compreensão ou de capacidade para participar das aulas, mas sim da ausência de relações sociais com seus colegas e com os professores.

Pelo que foi relatado, o trabalho de Alves e Duarte (2012) pode ajudar os professores de Educação Física a terem ciência de como é o cenário em outras escolas do país no que se refere à inclusão de alunos com SD ao enfatizar a dificuldade enfrentada pelos professores para incluir alunos com deficiência em suas práticas docentes. Ainda não são suficientes os estudos que investigam um processo concreto de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular analisando a participação efetiva destes alunos, acompanhando o processo de aprendizagem de conteúdos propostos e promoção de vínculos sociais. Mais estudos devem ser realizados para elucidar sobre causas da limitação de relação entre crianças na rede de ensino, sobretudo referente à dificuldade de estruturar laços entre os alunos com deficiência e os demais nas aulas de Educação Física para que seja possível aprimorar o processo de inclusão.

O estudo realizado por Ferraz e outros (2010) quis apresentar o processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down (SD) e Paralisia Cerebral (PC), seguindo uma linha de direção e informação em virtude da comparação dos relatos de pais e professores e analisar como sua interação afeta o processo de inclusão. Para tal objetivo, entrevistou pais e professores de 4 alunos com Síndrome de Down matriculados em uma escola de ensino fundamental, a fim de abordar as duas frentes ativas na educação destes alunos, sendo elas a escola e o ambiente familiar.

As perguntas tiveram por base quatro temáticas diferentes representadas por: 1- A expectativa relatada pelos pais e professores sobre a inclusão e escolarização destes alunos; 2- A informação que a família tem sobre o trabalho realizado pelos professores com seus filhos e como é feita a avaliação e acompanhamento desse trabalho; 3- A comunicação entre os pais e profissionais de ensino nesse processo e 4- o conhecimento de ambas as partes envolvidas no estudo sobre o processo de inclusão (FERRAZ et al., 2010).

Considerando a expectativa, ambos relataram estar relacionada à escolarização, alfabetização e socialização destes alunos. Alguns pais relataram, ainda, a expectativa de que seja adquirida maior independência na realização de atividades do cotidiano

como a convivência com outras pessoas e autonomia em ações corriqueiras como utilizar o banheiro (FERRAZ et al., 2010).

Sobre a base teórica foi analisado que em relação às atividades escolares, houve queixa por parte dos pais sobre lições associadas à escrita, relatando uma participação pouco efetiva de seus filhos nessas atividades de alfabetização em contrapartida, notaram maior participação em momentos de socialização (FERRAZ et al., 2010).

Tendo em vista o trabalho abordado, professores relataram diferenciar as atividades aplicadas para os alunos com SD em relação aos alunos sem a síndrome, em função da diferença no déficit intelectual. Ou então, reuni-los aos alunos com dificuldade no processo de aprendizagem. Entretanto, devido ao número de alunos na sala de aula de ensino regular e a falta de tempo de executar todas as exigências relataram também a baixa frequência destas atividades direcionadas. Sob esse ponto de vista torna-se importante a presença de outro profissional auxiliando o professor durante o ensino (FERRAZ et al., 2010).

Embora tenha sido considerada um ponto favorável para redução do preconceito, a inclusão segundo o autor ainda não é realizada de uma maneira coletiva, ficando sob responsabilidade do professor e não da escola como um todo. Tal realidade reflete no baixo desempenho escolar dos alunos com Síndrome de Down, resultante de medidas inclusivas apenas voltadas para o âmbito social destes alunos, não prezando tanto pelo desempenho técnico dos mesmos.

Nesse contexto, para aprimorar rendimento escolar de alunos com SD, torna-se indispensável a participação da família através do acompanhamento em atividades complementares e, também, o apoio logístico da estrutura escolar como um todo, permitindo eu o professor trabalhe com atenção necessária para melhorar o desempenho dos alunos como um todo, portadores ou não da Síndrome de Down (FERRAZ et al., 2010).

O que pode contribuir para outros profissionais foi a questão mais abordada por mães e professores neste trabalho foi como a escola atua para combater o preconceito, haja vista que a discriminação ainda é infelizmente uma realidade presente na rotina escolar e na sociedade como um todo, apesar da movimentação a favor da inclusão. O trabalho

ajuda a prática pedagógica dos professores de Educação Física ao expor expectativas por parte das mães ao matricularem os filhos com SD na escola regular de que conquistem o estágio de aprendizado de leitura e escrita, pelo menos do nome. Em contrapartida, professores sentem-se ainda despreparados e sem recursos para enfrentar o desafio do ensino voltado para alunos que apresentem algum grau de eficiência intelectual. O trabalho dos profissionais da área pode demonstrar como atividades lúdicas, recreativas, esportivas e de movimentos corporais que estão entre as propostas oferecidas pela disciplina podem também influenciar no desenvolvimento intelectual dessas crianças.

Um outro ponto relevante que pode contribuir para aprimorar o planejamento de professores de Educação Física deste trabalho foi destacar a importância da participação dos pais no processo de aprendizagem dos alunos. A interação família-escola traz benefícios para o ensino, considerando a o quanto atividades complementares influenciam positivamente no desenvolvimento das crianças. E, também, quando a escola oportuniza o vínculo com familiares, especialmente quando se trata de alunos com deficiência intelectual como os portadores de SD, torna mais clara a exposição do problema que por ventura possa estar iminente, o que consequentemente amplia caminhos para sua resolução.

Igualmente, o trabalho publicado por Modesto e Greguol (2014) abordou a influência do treinamento resistido em pessoas com SD, destacando os protocolos utilizados e seus efeitos na aptidão física destes indivíduos. Para tal, realizou uma revisão sistemática sobre o tema e incluiu artigos nacionais e internacionais. Apesar de os estudos não serem realizados diretamente em escolas, apresentou achados importantes para o conhecimento dos profissionais de educação física, principalmente os que trabalham com esse público.

Segundo os autores, pessoas com SD apresentam desenvolvimento intelectual reduzido, afetando de diferentes maneiras o desempenho motor, o que exige atenção especial no acompanhamento profissional enquanto desenvolvem atividade física. Estes alunos exibem o desenvolvimento de habilidades motoras alteradas que evoluem em períodos distintos quando comparados a alunos que não apresentam o mesmo

quadro, como hipoplasia cerebelar, comprometendo o equilíbrio, fragilidade nas articulações, frouxidão ligamentar e hipotonia muscular, atingindo uma força muscular até 50% menor em membros superiores e inferiores.

Nesse contexto, a influência na qualidade de vida dos alunos se dá na intervenção de práticas e atividades funcionais podem trazer resultados positivos na aptidão física, melhorando conseqüentemente o desempenho em atividades cotidianas, contribuindo para autonomia (MODESTO; GREGUOL, 2014).

Desta forma, o treinamento envolvendo exercícios de resistência proporciona benefícios à força, composição corporal e equilíbrio, e os protocolos de treinamento adotados para lidar com pessoas com SD não são diferentes daqueles utilizados para a população em geral sem deficiência (MODESTO; GREGUOL, 2014).

Portanto, os programas de treinamento para alunos com SD tem influência benéfica sobre as variáveis forças, composição corporal e equilíbrio. Ademais, os autores realçam que existe uma aceitação muito grande por parte desta população, entretanto, ainda necessitam mais pesquisas relativas aos efeitos do treinamento nos indivíduos com síndrome de Down.

O estudo realizado por Chiviacowsky e outros (2013) foi comparar os efeitos de duas frequências de conhecimento de resultados na aprendizagem de uma habilidade motora em indivíduos com Síndrome de Down. Foram selecionados vinte participantes e divididos em dois grupos. O primeiro recebia 100% de conhecimento de resultados e o segundo grupo, 33%.

Ao contrário de outros autores, Chiviacowsky e outros (2013), encontraram que a Frequência Reduzida do Conhecimento de Resultados (CR) não afetou a aprendizagem de alunos com SD comparados a alunos típicos no desenvolvimento de habilidades motoras. O CR tem sido apontado como benéfico no processo de aprendizagem em alunos sem a SD por fornecer informações extrínsecas aos alunos sobre o desempenho apresentado na execução de algumas tarefas. Tais informações atuam como um guia para estimular a autopercepção e autocorreção, melhorando conseqüentemente a performance (CHIVIAKOWSKY et al., 2013).

Uma contribuição teórica deste trabalho se apresentou, uma vez que a habilidade

motora apresenta grande importância para a experiência humana, a Educação Física desenvolve um papel relevante na elaboração e execução de práticas que trabalhem o desempenho, sobretudo em pacientes com SD que por condições fisiológicas apresentam um padrão diferenciado de desempenho cognitivo e motor. Tais habilidades podem, ainda, exercer influência positiva não somente na prática de atividades físicas, mas também ter uma boa repercussão em padrões comportamentais (CHIVIAKOWSKY et al., 2013).

Considerando o aluno com SD, as aulas de Educação Física trazem resultados positivos não somente no desenvolvimento de habilidades sensoriais e motoras, mas também nos conceitos de senso de pertencimento ao grupo, participação das atividades e envolvimento coletivo. Isso permite que os alunos sejam incluídos não só fisicamente, mas que estabeleçam vínculos sociais com os colegas. A simples inserção do aluno com algum tipo de deficiência no ambiente escolar sem o envolvimento de profissionais e adoção de práticas inclusivas não garante que haja a criação de relações sociais.

Conforme Chicon e outros (2016) analisaram e descreveram a ação mediadora do professor de Educação Física na convivência e interrelação de alunos com e sem deficiência. Para isso, consideraram a brinquedoteca como espaço de grande destaque e importância para que aconteça esta interação por meio da experiência do brincar e sua aplicabilidade na metodologia de ensino.

Para cumprir o objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso no município de Vitória no ES, e participaram quinze crianças com deficiência e cinco com algum tipo de deficiência. Para registro das aulas, foram utilizadas fotografias, vídeo-gravação e observação, principalmente no momento que os professores assumiam o processo de intervenção.

Uma questão que pode enriquecer a prática de outros profissionais da educação foi constatada que a mediação por professores/brinquedistas foi fundamental para que o processo de inclusão na brinquedoteca se consolidasse, considerando que sem a interação entre eles e os alunos, os quadros de exclusão rotineiramente encontrados nas atividades regulares poderiam acontecer. A metodologia interativa contribuiu para estimular avanços no aprendizado e desenvolvimento dos alunos que poderiam ter

dificuldade de ocorrer de forma espontânea, ficando à cargo do professor esta sensibilidade/responsabilidade.

Considerando as práticas inclusivas, inclui-se na cultura da inclusão a tematização da diferença/diversidade com as crianças, por meio de recursos como contação de história, participação da família, esclarecimento sobre a presença de crianças com deficiência na turma, proporcionando uma atmosfera de compreensão, aceitação, colaboração e acolhimento. Tal alteridade trabalhada em crianças de hoje influencia positivamente na formação de opinião dos adultos de amanhã, resultando em atitudes de acolhimento aos grupos da sociedade que apresentem alguma diferença (CHICON et al., 2016).

O conhecimento e a valorização das diferenças podem trazer maior aproximação com os demais alunos da classe, e este fato, ajuda a eliminar a insegurança que a criança com algum tipo de deficiência tem ao interagir com os demais. Nesta etapa, a participação do professor de educação física é fundamental como mediador do contato corporal, seja para dar segurança na realização de algumas tarefas, ou para fazê-las vivenciar experiências que não acontecem sem implicação corporal.

Já o estudo de Carvalho e Araújo (2016) teve o objetivo de elaborar uma proposta que facilite a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental com as obras de Celestin Freinet, com reflexão para a elaboração de uma proposta sobre suas possibilidades na educação física.

Segundo os autores, o foco da educação física escolar passou a ser questionado, uma vez que, era baseado no preparo físico dos corpos dos alunos, e isso excluía alguns alunos que não tinham aptidão física ou a destreza técnica esperada. Desta forma, a partir deste questionamento, foi construído o objetivo de uma aula que possa inserir, acolher, promover a interação dos alunos e combater práticas excludentes, sem nenhum tipo de discriminação.

Assim, a educação física ao mesmo tempo em que foi se reconstruindo enquanto área de conhecimento, também não se absteve de entrar no processo de inclusão e escolarização, no Brasil, a área foi adiante neste caminho da escola inclusiva. As aulas de educação física se constituem como um direito do cidadão, é direito e não privilegio,

é um direito à cidadania, direito humano e legal.

Por meio da análise das obras de Freinet, os autores analisaram o questionamento do mesmo sobre o modelo escolar tradicional, desvinculada da realidade dos alunos, organizado nos moldes militares, pelo autoritarismo dos educadores que impõem regras. Freinet defendeu uma escola centrada na criança, que deve desenvolver sua personalidade com ajuda do professor e baseada na sua experiência social, na comunidade em que vive.

Segundo os autores, tanto a pedagogia de Freinet quanto a temática da inclusão buscam uma educação à disposição de todos, e que seja independente de suas dificuldades e diferenças. Porém, na prática existem algumas barreiras para consolidação dessa prática, tais como organização da aula e atuação do professor. Portanto, a questão é como tornar a educação física adequada às diferentes necessidades dos alunos frente às dificuldades?

Para responder essa questão, os autores propõem uma Educação Física prática e cooperativa que seja vinculada a realidade social e cotidiana de cada aluno. Além disso, é interessante auxiliar o desenvolvimento de cada aluno, considerando suas capacidades individuais. Para construção de um cenário inclusivo, é necessário um trabalho educacional afetivo, com base na cooperação e respeito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica existente sobre o trabalho dos profissionais de educação física mostra que os conteúdos da educação física podem ser explorados para favorecer a participação ativa de todos os alunos e propiciar a aproximação entre alunos e professores para uma convivência com as diferenças, superação do estranhamento e aceitação das deficiências.

Além do mais, dentre as inúmeras necessidades educacionais especiais, o quadro mental é o quadro mais desafiador para a escola e o professor. Diante dos estudos incluídos nesta revisão, foi possível observar que a escola, muitas vezes, não sabe lidar com a realidade das diferentes formas de aprender dos que são considerados “normais”, quanto mais em relação aos que possuem déficits intelectuais.

A preocupação central da Educação Física Escolar é atender a todos diante de suas necessidades, especiais ou não, contemplando as potencialidades individuais sem transformá-las em disputa coletiva. Cada aluno deve, através das aulas, conhecer suas possibilidades, avançar nos seus limites no sentido de inseri-los na cultura corporal do movimento em suas diferentes dimensões, seja em jogos, ginásticas, danças, esportes, lutas, entre outros

No que diz respeito ao processo de aprendizagem é fundamental o papel da escola e do professor para proporcionar um ambiente estimulador e que venha ao encontro das necessidades das crianças com Síndrome de Down. Entretanto, percebeu-se, segundo a literatura, que há uma contradição entre a função do professor mediador entre aprendizagem-desenvolvimento e o esvaziamento pedagógico e didático, uma vez que, a organização do trabalho em sala de aula está cada vez mais padronizada em função de políticas educacionais. Além disso, verificou-se que os protocolos de treinamento utilizados para pessoas com Síndrome de Down não diferiram das recomendações para a população em geral sem deficiência.

Desta forma, o professor e a escola deve estar ciente que o desempenho comunicativo, expressivo e motor de crianças com Síndrome de Down é inferior quando comparado a crianças que possuem o neurodesenvolvimento típico, principalmente em aspectos

como produção de palavras, narrativas e etc. Por isso, crianças com Síndrome de Down demonstram possibilidade comunicativas com uso de comunicação não verbal.

Frente a estas características, é de responsabilidade dos envolvidos em todo processo de aprendizagem de crianças com Síndrome de Down, elaborar estratégias que favoreçam o desenvolvimento de cada criança em particular. Para tanto, podem ser elaboradas metas dessa evolução, a curto, médio e longo prazo, e dentro desses prazos deve-se incluir um conteúdo lúdico que exponha o aluno a situações de como lidar com seus fracassos e êxitos execução de atividades e auxílio no enfrentamento de dificuldades motoras.

Nesse contexto, alguns autores apontam algumas metodologias como a importância do brincar não somente como parte da infância dos alunos, mas também como um importante recurso de aprendizado, aproximação e interação entre as crianças. Trazendo esse contexto para a realidade vivenciada pelos professores de Educação Física, é benéfico incorporar esta metodologia nas práticas pedagógicas e didáticas, sobretudo para promover a inclusão de alunos que apresentem alterações físicas e/ou biológicas como é o caso dos alunos com SD. As atividades lúdicas fortalecem as relações entre as crianças e facilita o processo de inclusão, embora casos de exclusão ainda ocorram, proporcionando o convívio social entre as crianças de uma maneira geral, independente de apresentarem ou não algum tipo de deficiência.

Sob uma ótica crítica, despertar a 'criança interior' dos educadores conscientiza sobre uma inversão de papéis na arte das brincadeiras: de apenas participantes eles passam também a mediar o processo, conferindo-lhes a oportunidade de partilhar alegrias e estarem mais próximos à realidade da sala de aula e seus detalhes que, muitas vezes, não são percebidos durante o ensino. Estas informações ajudam a preparar e inspirar o professor para que, além de buscar o aprimoramento de sua formação curricular, apresente também sensibilidade e atenção ao que acontece em ambiente escolar e relacionamento entre os alunos.

Considerando essa estratégia, lugares como a brinquedoteca destaca-se como um relevante local de consolidação da inclusão (com seus recursos e estrutura) que permite a interação professor-aluno e aluno-aluno, e proporciona leveza ao processo de

aprendizagem. Apesar da disciplina de Educação Física permitir a absorção destes conceitos por meio de suas atividades propostas e conteúdos abordados que se relacionam aos movimentos corporais, exercícios, esportes e danças, assume um papel de fazer muito mais pelos alunos, e ir além do que restringe o trabalho com o corpo. Diante da enorme diversidade que vivemos, não se pode mais pensar em uma única forma de Educação Física nas escolas, visto que, é necessário que a Educação Física esteja atenta às diferenças, identifique-as para que possa atendê-las em sua totalidade. Neste sentido, o professor é a pessoa mais capaz para combinar diversos procedimentos que eliminem as barreiras e promova a aprendizagem de todos os alunos. A escola é povoada por essas diferenças que precisam ser contextualizadas e trabalhadas com toda dedicação de uma equipe preparada para tal. Pois, trabalhar com as diferenças, lidar com elas e contextualizá-las sem transformá-las em desigualdades, é um enorme desafio.

Portanto, a inclusão não deve ocupar um lugar burocrático dentro das instituições, regidos por ordens superiores, como apenas as decisões políticas. Ela deve ocorrer no dia a dia, resolvendo problemas atuais e do processo de vivência com o aluno, e ser construída de modo a eliminar as falhas, uma vez que, muitas vezes a escola se constitui por uma gama de características individuais que não são consideradas. Portanto, intervenções não devem ser baseadas em regras pré-estabelecidas e receitas prontas, mas sim em conceitos fundamentados, olhar individualizado e atuação multidisciplinar. O trabalho em conjunto de profissionais com atuação em diferentes focos como o professor de Educação Física, demais professores da grade curricular, cuidadores, fisioterapeutas e psicólogos entre outros profissionais traz benefícios na formação de alunos com deficiência, como é o caso dos alunos com Síndrome de Down.

Por isso, o ambiente em que há disponibilidade de interação entre os alunos é fundamental para que se crie condições favoráveis para o desenvolvimento humano. E, vale lembrar que, o desenvolvimento abrange todos os envolvidos com a atividade dialógica: indivíduos especiais ou não entre si e com os profissionais envolvidos, clínicos ou educacionais. Os demais alunos, que não possuem deficiência, devem estar prontos para ajudar e aceitar o aluno que se diferencia dos demais. De tal maneira, a

escola representa grande relevância no processo da inclusão, uma vez que oportuniza o aluno com SD conviver com outros alunos de mesma idade, defendendo sua própria posição.

Vale ressaltar que, apesar da importância do assunto e da discussão acerca do tema, e da relevância dos temas e informações trazidas pelas publicações analisadas, foram publicados poucos estudos que relacionam especificamente a Síndrome de Down na escola e o trabalho dos profissionais de educação física com esses alunos. É importante trazer esse debate para dentro da escola e pensar em soluções de inclusão por meio de uma equipe multiprofissional para que a inclusão seja efetivada ao considerar as diversas situações envolvidas.

Todos os trabalhos analisados trouxeram a temática da prática pedagógica atuante no desenvolvimento dos alunos e do processo de inclusão. Sem dúvidas, os conteúdos contribuem para embasar e enriquecer o planejamento das ações dos professores de Educação Física. As publicações de periódicos e livros, bem como atualizações constantes das diretrizes do Ministério da Educação indicam a forte tendência de promover a inclusão no dia-a-dia da vivência escolar de um modo geral. Entretanto, ainda são insuficientes os trabalhos publicados sobre a área de Educação Física e, especificamente, sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down na disciplina, por meio das atividades propostas e realizadas pelos alunos.

Embora não tenham sido em grande quantidade, alguns dos trabalhos indicaram uma postura excludente por parte de alguns colegas de sala dos alunos portadores da síndrome, o que reflete uma realidade desafiadora para os professores durante a prática pedagógica. Contudo, apesar do empenho da grade curricular das escolas e dos profissionais envolvidos, a educação dos alunos envolve ainda a formação de valores por parte da família que exerce forte influência para alterar esse comportamento.

Ainda, deverá ser verificado o que pode ser oferecido para diminuir as dificuldades trazidas pela deficiência. Neste sentido, ressalta-se o importante papel de abordar questões sobre a didática do aprendizado físico para os alunos que possuem alguma condição especial nos currículos dos profissionais de educação física. Essa inserção curricular também facilitará a compreensão destes alunos em todo seu contexto social,

cultural e suas habilidades, e não apenas uma visão restrita à condição biológica, pois, o conhecimento das deficiências se torna indispensável para o sucesso da implantação desses programas e depende muito do conhecimento do professor. Além do mais, a inclusão do aluno com Síndrome de Down no universo das práticas esportivas, não é uma tarefa trivial e requer planejamento, conhecimento e perseverança por parte do profissional de educação física.

Tendo em vista a presença crescente de alunos portadores da Síndrome de Down nas escolas de ensino regular, o preparo que esta realidade exige dos profissionais para desenvolverem seu trabalho no âmbito educacional e a postura que muitos colegas e a sociedade em geral ainda apresentam em relação a eles, o trabalho procurou as publicações voltadas para o campo da Educação Física sobre inclusão de alunos portadores da SD, a fim de explorar o conteúdo existente na literatura, analisar os trabalhos encontrados bem como as informações nele contidas que auxiliem professores de Educação Física no planejamento de atividades que favoreçam a inclusão de crianças com SD matriculadas nas escolas de ensino regular. Entre o material encontrado, muitas informações apresentaram relevância, sobretudo as pesquisas de campo que permitiram aprofundar o conhecimento na rotina pedagógica das escolas, a inclusão de alunos com deficiência, sobretudo portadores de Síndrome de Down; metodologias adotadas para promover a inclusão e o comportamento de familiares, professores e alunos quanto à presença desses alunos nas turmas. Muitos são os desafios ainda a serem superados para melhorar a qualidade da educação inclusiva. Eles relacionam-se a dificuldades de estrutura, formação acadêmica e turmas numerosas sobrecarregam o professor na função de mediar as atividades. A Educação Física, entretanto, destaca-se nesse meio como uma oportunidade de trabalhar a interação social entre os alunos, estabelecer laços entre as crianças durante o cumprimento das atividades propostas, aprimorar o desenvolvimento intelectual e motor dos alunos portadores da SD com necessidades especiais e atuar como importante ferramenta para inserir e absorver por completo o aluno que apresente alguma deficiência ao ambiente escolar junto aos demais alunos. Todavia, infelizmente, apesar de serem informações de tanta valia para aprimorar a formação dos docentes encontradas nos estudos buscados, os trabalhos que abordam especificamente o

trabalho do professor de Educação Física na inclusão de alunos com Síndrome de Down nas escolas de Ensino Fundamental representam um número reduzido de publicações, indicando que muito ainda deve ser feito e pesquisadores precisam ser incentivados a realizarem trabalhos que elucidem e contribuam cada vez mais na superação do desafio da inclusão e na formação dos professores de Educação Física.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar: Um estudo de caso. Ver. **Movimento**, v. 18, n. 3, p. 237-256, 2012
- ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, vol. 2, n. 28, 2017.
- ANDRADE, J. M. A.; FREITAS, A. P. Possibilidades do professor de Educação Física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência. **Revista de Educação Física da UFRGS**, vol. 22, n. 4, p. 1163-1176, 2016.
- ANHÃO, P.P.G.; PFEIFER, L.I.; SANTOS, J. L. Interação social de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. **Rev. Bras. Ed. Esp**, v.16, n. 1, 2010.
- BATISTA, M.W.; ENUMO, S.R.F. Inclusão Escolar e Deficiência Mental: Análise da Interação Social entre Companheiros. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p.101-111, 2004.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF. MEC/SEESP, 2008.
- BISSOTO, M.L. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. Ciências e cognição, vol. 4, 2005.
- BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Congresso Nacional. (1989). LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 5 ed., Brasília: câmara, 2010.
- BOCCARDI, D. **Programa de intervenção motora lúdica inclusiva: Análise motora e social de casos específicos de Deficiência Mental. Síndrome do X-Frágil. Síndrome de Down e criança típica.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, 2003.
- BRITO, R.F.A.; LIMA, J.F. Educação Física Adaptada e Inclusão: Desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência. **Rev. Corpo, Movimento e saúde**. vol.2, n.1, 2012.
- CARVALHO, C. L.; ARAUJO, P. F. Construindo um contexto inclusivo na Educação Física: Possibilidades por Célestin Freinet. **Motrivivencia**, vol. 28, n. 47, p. 191-209, 2016.

CHICON, J. F.; HUBER, L. L.; ALBIÁS, T. R. M.; SÁ, M. G. C. S.; ESTEVÃO, A. Educação Física e inclusão: a mediação pedagógica do professor na brinquedoteca. **Movimento Ver da Escola de Ed Física da UFRGS**, vol. 22, n. 1, p. 279-292, 2016.

CHIVIACOWSKY, S.; MACHADO, C.; MARQUES, A. C.; SCHILD, J. F. G.; DREWS, R. Aprendizagem motora e síndrome de Down: efeitos da frequência relativa reduzida de conhecimento de resultados. **Rev. Bras. Cineantropom Desempenho Hum.** n. 15, vol. 2, p. 225-232. 2013.

FBASD. **Sobre a Síndrome de Down**. 2015. Disponível em: <<http://www.federacaodown.org.br/portal/index.php/home/sobre-sindrome-de-down>>. Acesso em: 14 março. 2018.

FERRAZ, C. R. A.; ARAÚJO, M. V.; CARREIRO, L. R. R. Inclusão de crianças com Síndrome de Down e Paralisia Cerebral no Ensino Fundamental I; comparação dos relatos de mães e professores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, vol. 16, n. 3, 2010.

FLÓREZ, J. Patología cerebral y aprendizaie en el síndrome de Down. In: FLÓREZ, J. TRONCOSO, M.V. (Orgs). Síndrome de Down y Educación. Santander, Espanha: Masson, p. 37-60, 1997.

HUTZLER, Y.; FLIESS, O.; CHACHAM, A.; AUWEELE, Y.V. Perspectives of Children with Disabilities on Inclusion and Empowerment: Supporting and Limiting factors. *Adapted Physical Activity Quartely*, Illinois, v. 19, p. 300- 317, 2002.

LEONARDO, N.T.; BRAY, C.T.; ROSSATO, S.P.M. Inclusão Escolar: Um Estudo Acerca da Implantação da Proposta em Escolas de Ensino Básico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.2, p. 289-306, 2009.

LIMA, R. de C. P.; FERRAZ, V. E. F. **Saúde-doença, normalidade-desvio, inclusão-exclusão: representações sociais da Síndrome de Down em um centro de Educação Especial e Ensino Fundamental**. Ribeirão Preto: Universidade de Ribeirão Preto, 2000.

LUIZ, F. M. R.; BORTOLI, P. S.; FLORIA-SANTOS, M.; NASCIMENTO, L. C. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n. 3, 2008.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MODESTO, E. L.; GREGUOL, M. Influência do treinamento resistido em pessoas com Síndrome de Down- uma revisão sistemática. **Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde**, p. 153-167, 2014.

MOREIRA, L.M.A.; EL-HANI, C.N.; GUSMÃO, F.A.F. A síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. **Rev Bras Psiquiatr**, v.22, n.2, 2000.

NADER, S. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação às pessoas com Síndrome de Down. **Rev. Bras. Ed. Esp.**2003, v.9, p 57-78.

PEDIATRIC DATABASE. Down syndrome Pedbase Discipline: GEN. May, 1994. Disponível em: <<http://www.iconata.com/health/pedbase/files/downsynd.htm>>. Acesso

em:30 setembro. 2017.

PIVIK, J.: MCCOMAS, J.: LAFLAME, M. Barriers and Facilitators to Inclusive Education. **Exceptional Children, Arlington**, v. 69, n. 1, p.97-107, 2002.

ROSIN-PINOLA, A. R. Avaliação de professores sobre o repertório social e acadêmico de alunos com deficiência mental incluídos no ensino regular. 2006. 94F. Dissertação de Mestrado (apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2006.

RUSSEL, C.L. An overview of the integrative research review. *Prog. Transplant*, v. 15, n.1, p.8-12, 2005.

SAAD, S. N. Preparando o caminho da inclusão: Dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 9, n. 1, 2003.

SALLES, W. N.: ARAÚJO, D.: FERNANDES, L.L. Inclusão de alunos com deficiência na escola: percepção de professores de Educação Física. **Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp**, vol. 13, n. 4, 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo um a sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 14 março. 2018.

SEABRA, L. Inclusão: Considerações sobre as pessoas com necessidades especiais na escola. *Conteúdos e Didática de Educação Física*. 104-111 p. 2012.

SERAPOMPA, M. T.: MAIA, S. M. Acolhimento e inclusão: da clínica ao acompanhamento escolar de um sujeito com Síndrome de Down. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo. v. 3, 2006.

TEIXEIRA, F.C.: KUBO, O. M. Características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n. 1, 2008.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos de defectologia**. 2 ed. Havana: Editorial Pueblo y Educación. 1997. tomo cinco.(Obras Completas). _____. **Pensamento e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VOIVODIC, M.A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.